

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para os itens de 1 a 16.

As instituições e políticas de propriedade industrial (PI) têm implicações significativas para o desenvolvimento nacional em áreas distintas, como: os investimentos estrangeiros diretos, a produção e a disseminação de tecnologias digitais de informação e comunicação, a produção agrícola, a segurança alimentar, o acesso a medicamentos e à saúde pública, e a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. Contudo, a autonomia do Estado brasileiro e sua gama de opções para a proteção da PI é em grande medida limitada por compromissos firmados em acordos internacionais, sobretudo pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de PI Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês), em vigor desde janeiro de 1995.

Embora a proteção dos direitos de PI ocorra em âmbito nacional, o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção. Ao integrar o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), o acordo assegura que os mecanismos de resolução de controvérsias e sanções da Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam aplicados à proteção da PI. Apesar de ser o principal acordo internacional sobre os direitos de PI, o TRIPS não é o único. Pelo contrário, diversos outros acordos sobre a PI compõem um arcabouço jurídico internacional altamente complexo e fragmentado. Notadamente, tais acordos foram criados com finalidades e em períodos históricos distintos e muitas vezes não abordam prioritariamente a governança da PI, mas, por exemplo, a do comércio ou a da biodiversidade.

O Brasil, como outros países em desenvolvimento, vê inconsistências entre o TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com implicações importantes para o combate à biopirataria e a proteção do patrimônio biológico. A principal apreensão dos países em desenvolvimento é que o TRIPS não exige que requerentes de patentes incorporem material genético ou conhecimentos tradicionais ao cumprimento das obrigações acordadas na CDB. Exigências de consentimento prévio da parte provedora e dos conhecimentos associados, bem como da repartição justa e equitativa, estão ausentes em TRIPS. Ademais, o TRIPS torna obrigatória a patenteabilidade de micro-organismos, enquanto a CDB estipula que os países são soberanos para decidir sobre a proteção dos recursos genéticos presentes em seu território, incluindo micro-organismos.

Internet: <repositorio.ipea.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se do texto que a soberania e a autonomia política do Estado brasileiro para regular a propriedade industrial e proteger o seu patrimônio biológico são mitigadas pelas obrigações impostas por acordos comerciais internacionais.
- 2 O uso da enumeração, ao listar áreas vitais para o desenvolvimento do País, reforça a relevância do texto, inferindo-se que aquilo a ser defendido não se restringe a uma questão de patente.
- 3 As antinomias entre as regras de propriedade industrial internacionais e as salvaguardas socioambientais nacionais resultam em um arcabouço harmônico e complementar, no qual as regras comerciais do TRIPS passam a exigir o cumprimento das diretrizes da CDB, solucionando os vazios jurídicos que alimentam a biopirataria.
- 4 Depreende-se do trecho “com implicações importantes para o combate à biopirataria e a proteção do patrimônio biológico.” que tais implicações são positivas para o Brasil.
- 5 A impessoalidade do texto e o uso de termos técnicos, como “patenteabilidade”, reforçam a formalidade linguística.
- 6 Infere-se das ideias do texto que os autores criticam a propriedade intelectual, sobretudo, no âmbito da biologia e da genética.

A respeito dos aspectos linguísticos e do vocabulário empregado no texto, julgue os itens seguintes.

- 7 No trecho “e a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais.”, a repetição das preposições “da” e “dos” é necessária para manter o paralelismo sintático.
- 8 O período “Embora a proteção dos direitos de PI ocorra em âmbito nacional, o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.” é formado tanto por oração subordinada quanto por orações coordenadas.
- 9 Seriam mantidos o sentido original do texto e a correção gramatical, se o particípio “firmados”, no trecho “é em grande medida limitada por compromissos firmados em acordos internacionais.”, fosse substituído pela oração adjetiva **que se firmou**.
- 10 A forma verbal “estão”, em “Exigências de consentimento prévio da parte provedora e dos conhecimentos associados, bem como da repartição justa e equitativa, estão ausentes em TRIPS.”, estabelece concordância com o núcleo de seu sujeito: TRIPS.

- 11 No trecho “o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.”, são núcleos dos complementos nominais de “relativas”: “escopo”; “objeto”; “duração”; e “proteção”.
- 12 As orações iniciadas por “embora”, em “Embora a proteção dos direitos de PI ocorra em âmbito nacional, o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.” e por “apesar de”, em “Apesar de ser o principal acordo internacional sobre os direitos de PI, o TRIPS não é o único.”, estabelecem a mesma relação de concessão.
- 13 A vírgula antes de “em vigor desde janeiro de 1995”, no trecho “a autonomia do Estado brasileiro e sua gama de opções para a proteção da PI é em grande medida limitada por compromissos firmados em acordos internacionais, sobretudo pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de PI Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês), em vigor desde janeiro de 1995.”, é facultativa.
- 14 No trecho “enquanto a CDB estipula que os países são soberanos para decidir sobre a proteção dos recursos genéticos presentes em seu território, incluindo micro-organismos.”, a retirada da preposição “sobre” não alteraria as relações semânticas e sintáticas da sentença.
- 15 Em “não exige que requerentes de patentes incorporem material genético” e em “a CDB estipula que os países são soberanos”, o termo “que” é classificado como conjunção integrante.
- 16 O período “A principal apreensão dos países em desenvolvimento é que o TRIPS não exige que requerentes de patentes incorporem material genético ou conhecimentos tradicionais ao cumprimento das obrigações acordadas na CDB.” poderia ser reescrito, preservando-se a correção gramatical e as ideias originais do texto, da seguinte forma: **A principal apreensão dos países em desenvolvimento reside na ausência de exigência, por parte do TRIPS, para que os requerentes de patentes incorporem material genético ou conhecimentos tradicionais a observância da CDB.**

Antes do início de uma audiência, 5 advogados, entre eles Oswaldo e Paula, aguardavam a definição da ordem das sustentações orais.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O número de ordens possíveis para as sustentações é igual a 120.
- 18 O número de ordens possíveis para Oswaldo realizar a sua sustentação antes de Paula é igual a 24.
- 19 O número de ordens possíveis para Oswaldo realizar a sua sustentação imediatamente antes de Paula é igual a 48.

Em uma fase de grupos de um torneio de futebol, foram registradas as quantidades totais de gols em 72 partidas. Os dados foram organizados na tabela a seguir.

| NÚMERO DE GOLS EM UMA PARTIDA | QUANTIDADE DE PARTIDAS |
|-------------------------------|------------------------|
| 0                             | 7                      |
| 1                             | 11                     |
| 2                             | 14                     |
| 3                             | 11                     |
| 4                             | 13                     |
| 5                             | 10                     |
| 6                             | 5                      |
| 7                             | 0                      |
| 8                             | 1                      |

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20 A moda da quantidade total de gols por partida foi igual a 2.
- 21 A mediana da quantidade total de gols por partida foi igual a 3.
- 22 A média da quantidade total de gols por partida foi superior a 3.

Em um teste de digitação, uma pessoa escreveu a palavra QUADRIX 1 vez na primeira linha, 2 vezes na segunda linha, 3 vezes na terceira linha e assim sucessivamente, até a enésima linha, na qual escreveu essa palavra n vezes consecutivas.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23 Na 5ª linha, foram escritas 35 letras.
- 24 A 1ª linha em que foram escritas mais de 100 vogais foi a 35ª linha.
- 25 Até a 4ª linha, foram escritas 70 letras ao todo.

Em uma feira, Dalila, Gael e Magali compraram, cada um, exatamente uma fruta. Sabe-se, então, que são verdadeiras as seguintes proposições: “Dalila comprou maçã ou Dalila comprou banana”; “Se Dalila comprou maçã, então Gael comprou uva”; “Se Dalila comprou banana, então Magali comprou pera”; e “Gael não comprou uva”.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26 Dalila comprou banana.
- 27 Magali comprou pera.
- 28 A negação da proposição “Se Dalila comprou maçã, então Gael comprou uva” é “Se Gael não comprou uva, então Dalila não comprou maçã”.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos conceitos de hardware, à ferramenta de comunicação Google Meet e ao sistema operacional iOS, julgue os itens a seguir.

- 29 A memória RAM (*Random Access Memory*) é classificada como um hardware do tipo memória primária, volátil e de leitura e escrita, sendo responsável por armazenar temporariamente os dados e os programas que estão em execução no computador.
- 30 O conceito de software abrange tanto os programas aplicativos quanto os sistemas operacionais, sendo estes últimos essenciais para gerenciar os recursos de hardware e fornecer uma interface para o usuário.
- 31 A funcionalidade nativa de gravação de reuniões no Google Meet está disponível de forma irrestrita para todos os usuários, independentemente de possuírem contas gratuitas ou corporativas (Google Workspace), sendo salva diretamente no Google Drive.
- 32 Os links gerados para videochamadas no Google Meet expiram imediatamente após a conclusão do evento agendado, não podendo ser reaproveitados para reuniões futuras.
- 33 O mecanismo de segurança nativo do iOS conhecido como App Sandboxing garante que cada aplicativo seja executado em seu próprio ambiente isolado, impedindo que um aplicativo acesse ou modifique dados gerados por outro aplicativo ou pelo próprio sistema operacional sem autorização explícita do usuário.
- 34 No iOS, por padrão, quando o usuário desinstalar um aplicativo, todos os dados associados a esse aplicativo permanecerão armazenados no aparelho e serão restaurados automaticamente, mesmo que o aplicativo seja instalado novamente meses depois.

No que se refere ao Microsoft Outlook, ao Google Drive e à computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 35 O Microsoft Outlook possui o recurso de Regras, que permite ao usuário configurar ações automatizadas para organizar e gerenciar a sua caixa de entrada, como mover, sinalizar ou responder e-mails com base em critérios definidos.
- 36 A tecla de atalho padrão utilizada no Microsoft Outlook para selecionar um grupo contínuo de mensagens na lista da caixa de entrada é a tecla **Ctrl**, enquanto a tecla **Shift** serve para selecionar mensagens aleatórias.

- 37 Quando o proprietário de um arquivo no Google Drive remove o compartilhamento de um documento que estava aberto para pessoas com permissão de Editor, todas as alterações feitas por elas nos dias anteriores são apagadas permanentemente do histórico do arquivo.
- 38 O Google Drive possui uma funcionalidade de acesso off-line que, quando ativada, permite ao usuário visualizar e editar arquivos localmente, mesmo sem conexão com a Internet, sincronizando as alterações assim que a conexão for restabelecida.
- 39 De acordo com o modelo de responsabilidade compartilhada para a segurança na nuvem, quando uma organização contrata um serviço de infraestrutura como serviço (IaaS), o provedor de nuvem assumirá a responsabilidade integral pela segurança dos dados armazenados, pela criptografia em trânsito e pelo gerenciamento de *patches* do sistema operacional convidado (*guest OS*), cabendo ao cliente apenas o desenvolvimento do código da aplicação.
- 40 Uma das grandes desvantagens da computação em nuvem em relação aos data centers tradicionais locais (on-premises) é a necessidade de investimentos financeiros iniciais elevados em despesas de capital antes de começar a utilizar os recursos, uma vez que o cliente precisa financiar preventivamente a aquisição das fatias de servidores virtuais que pretende ocupar.



#### ANOTAÇÕES

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação à ética no setor público, julgue os itens a seguir.

- 41** A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
- 42** A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, dissocia-se da vida particular do servidor público, de modo que os fatos e os atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não influem no bom conceito de sua vida funcional.
- 43** O cumprimento da legalidade pelo servidor público é suficiente para caracterizar uma conduta ética, ainda que a sua atuação despreze valores como honestidade, boa-fé, decoro e a busca do bem comum.

Quanto aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 44** Ao instituir sistemas eletrônicos para a tramitação de processos administrativos, com redução de custos, eliminação de retrabalho e maior celeridade na prestação dos serviços públicos, os órgãos atuam em conformidade com o princípio da eficiência.
- 45** Em determinado procedimento administrativo, documentos podem permanecer sigilosos por serem imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, sem que isso configure violação ao princípio da publicidade.
- 46** Suponha-se que, ao analisar um pedido administrativo, um servidor tenha afirmado que tanto a Administração Pública, quanto os particulares somente podem praticar atos expressamente autorizados por lei, pois ambos submetem-se ao mesmo regime de legalidade. Nesse caso, o entendimento do servidor está correto.

No que diz respeito aos conceitos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 47** Suponha-se que, após auditoria, foi verificado que um servidor, por negligência grave, autorizou um pagamento indevido, que causou prejuízo ao erário. Nesse caso, é correto afirmar que ele responderá por ato de improbidade administrativa na modalidade culpa.
- 48** Suponha-se que, em uma ação por improbidade administrativa, comprovou-se a prática de ato doloso que violou princípios da Administração Pública, mas sem demonstração de danos ao erário. Nesse caso, é correto afirmar que a aplicação das sanções da Lei nº 8.429/1992 é inviável.
- 49** Suponha-se que um servidor tenha utilizado veículo oficial e determinou que subordinados executassem uma reforma em sua residência durante o expediente. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta desse servidor caracteriza ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- 50** A mera nomeação ou indicação política para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança não caracteriza ato de improbidade administrativa.

- 51** A sucessão *causa mortis* afasta a possibilidade de os sucessores responderem pelas consequências patrimoniais decorrentes de ato de improbidade administrativa praticado pelo autor da herança.
- 52** A perda da função pública decorrente de condenação por ato de improbidade administrativa alcança automaticamente todos os vínculos mantidos pelo agente com a Administração Pública, ainda que não guardem relação com a infração praticada.

Acerca dos conceitos de processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 53** O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos em que tenha a condição de interessado, bem como de ter vista dos autos e de obter cópias de documentos neles contidos.
- 54** O direito de a Administração anular atos com efeitos favoráveis aos destinatários decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- 55** Suponha-se que, durante um processo administrativo instaurado por um órgão federal, um interessado tenha optado por apresentar a sua defesa sem a assistência de advogado. A autoridade competente declarou nulos todos os atos praticados em razão da ausência de defesa técnica. Nesse caso, é correto afirmar que a decisão da autoridade foi acertada.
- 56** Suponha-se que o dirigente de um órgão federal tenha delegado a um subordinado a competência para decidir recursos administrativos interpostos contra atos da própria unidade. Nesse caso, é correto afirmar que a delegação efetuada pelo dirigente encontra amparo legal.
- 57** Suponha-se que, após sofrer uma sanção em um processo administrativo federal, um particular interpôs recurso sem prestar caução. Na ausência de previsão legal específica, a autoridade recusou o conhecimento do recurso por falta de garantia. Nesse caso, a atuação da autoridade está correta.
- 58** Suponha-se que, surgindo fatos novos após a conclusão de processo administrativo de que resultou sanção, a Administração instaurou a revisão do processo. Nesse caso, é correto afirmar que é vedado o agravamento da sanção anteriormente aplicada, ainda que os fatos novos evidenciem maior gravidade da conduta.

Com relação à Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens seguintes.

- 59** A LAI tem como diretriz a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- 60** Suponha-se que um cidadão protocolou pedido de acesso a documentos públicos sem informar os motivos da solicitação. Nesse caso, está correta a decisão do órgão de indeferir o pedido pela ausência de justificativa, sob o argumento de que era necessário avaliar a pertinência do requerimento.

- 61** Suponha-se que, após classificar determinado documento como secreto, um órgão público fixou um prazo máximo de restrição de acesso de 15 anos, contado da data de produção da informação. Nesse caso, a decisão está correta.
- 62** Suponha-se que, em resposta a pedido de acesso à informação, um órgão negou o fornecimento de documentos contendo informações pessoais relativas à intimidade de determinado agente público, esclarecendo que tais informações possuem acesso restrito por até 100 anos, independentemente de classificação de sigilo. Nesse caso, a decisão está correta.
- 63** Suponha-se que, recebido pedido de acesso à informação cuja resposta não poderia ser fornecida de imediato, um órgão comunicou ao interessado que responderia em até 20 dias, prazo prorrogável por mais 20 dias, mediante justificativa expressa do órgão, da qual o requerente seria cientificado. Nesse caso, a atuação do órgão está correta.
- 64** Suponha-se que, ao receber um pedido de acesso a documentos que versavam a respeito de condutas que implicaram violação de direitos humanos praticadas por agentes públicos, a Administração negou o acesso sob o fundamento de que os documentos estavam classificados como sigilosos. Nesse caso, a negativa de acesso está correta.

---

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 65** A LGPD aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive quando efetuado em meios físicos, e não apenas nos meios digitais.
- 66** O consentimento do titular é requisito indispensável para todo e qualquer tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD.
- 67** Os dados anonimizados não são considerados dados pessoais para os fins da LGPD, salvo quando o processo de anonimização puder ser revertido, utilizando meios próprios, ou mediante esforços razoáveis.
- 68** A empresa pública exploradora de atividade econômica em regime concorrencial sujeita-se, na LGPD, ao regime das pessoas jurídicas de direito privado, salvo quando operacionalizar políticas públicas.
- 69** O titular dos dados pessoais pode revogar o consentimento mediante autorização judicial e por procedimento pago, uma vez iniciado o tratamento realizado pelo controlador.
- 70** Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo autorizada, então, a conservação para finalidades como o uso exclusivo do controlador e sendo vedado o seu acesso por terceiro, desde que anonimizados os dados.



## ANOTAÇÕES



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a teoria da Constituição, a supremacia constitucional e os princípios fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 71** Quanto ao modo de elaboração, à estabilidade e ao conteúdo, a Constituição Federal de 1988 classifica-se, respectivamente, como dogmática, rígida e material.
- 72** As normas constitucionais de eficácia contida dependem da edição de lei posterior para produzir a totalidade de seus efeitos.
- 73** A cidadania e o pluralismo político constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.
- 74** A concepção sociológica da Constituição conceitua-a como a soma dos fatores reais de poder que regem o país em um dado contexto histórico.

Acerca da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, incluindo os seus instrumentos de efetivação, julgue os itens seguintes.

- 75** Os direitos e garantias individuais previstos na Constituição aplicam-se somente aos brasileiros, tanto natos, quanto naturalizados.
- 76** São constitucionalmente gratuitas as ações de mandado de segurança e habeas data.
- 77** A Constituição garante o direito ao esquecimento, ainda que em relação à divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos, em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- 78** Entre os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, inclui-se o direito ao fundo de garantia do tempo de serviço.
- 79** O controle difuso de constitucionalidade das leis pode ser exercido por qualquer órgão do Poder Judiciário, no julgamento do caso concreto.

Considerando a organização dos poderes e a disciplina constitucional da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 80** Os cargos em comissão destinam-se às atribuições de direção, chefia, assessoramento e execução.
- 81** O Poder Judiciário possui autonomia administrativa e financeira, competindo-lhe a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.
- 82** A competência para sancionar ou vetar as leis é indelegável, seja quando exercida pelo presidente da República, seja, por simetria, pelos governadores e pelos prefeitos.
- 83** Para ficarem excluídas do teto remuneratório, as parcelas de caráter indenizatório devem estar, expressamente, previstas em lei ordinária de caráter nacional, aprovada pelo Congresso Nacional e aplicável a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos.
- 84** É constitucional a lei que estabelece a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Um deputado federal apresentou, na Câmara dos Deputados, projeto de lei ordinária destinado a dispor acerca da organização e do funcionamento da Advocacia-Geral da União, por reputar necessário aprimorar a advocacia pública federal. Dessa forma, uma vez sendo aprovado o projeto em ambas as Casas do Congresso Nacional, por unanimidade, este foi encaminhado ao presidente da República, que o sancionou.

Com base nessa situação hipotética e na disciplina constitucional do processo legislativo e do controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- 85** A matéria de que trata o projeto está submetida à reserva de lei complementar, de modo que a sua veiculação por lei ordinária configura vício de inconstitucionalidade formal.
- 86** A iniciativa do projeto era concorrente, podendo ser deflagrada por qualquer parlamentar, tal como as leis em geral.
- 87** O vício formal é insanável e pode ser reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 88** A matéria poderia ser apresentada pelo chefe do Executivo como medida provisória, desde que demonstradas relevância e urgência.

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 89** A revogação do ato administrativo opera efeitos retroativos, desconstituindo os efeitos já produzidos.
- 90** A anulação do ato administrativo pode ser realizada pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário.
- 91** A convalidação é admissível em relação aos vícios sanáveis de competência e de forma, desde que não acarrete a lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- 92** O atributo da autoexecutoriedade autoriza a execução direta pela Administração Pública de sanções administrativas de natureza pecuniária.

Quanto às licitações, estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 93** A contratação direta por dispensa de licitação prescinde de processo formal, podendo ser realizada sem instrução documental.
- 94** São modalidades de licitação o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão, a tomada de preços e o diálogo competitivo.
- 95** A inexigibilidade de licitação pressupõe a inviabilidade de competição.
- 96** O pregão pode ser realizado pelo critério de julgamento de técnica e preço.

O contrato administrativo deverá ser executado fielmente tanto pela Administração Pública, quanto pelos contratados, arcando, cada parte, com as consequências de sua inexecução total ou parcial. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 97** Admite-se a contratação de terceiros para apoiar e subsidiar os representantes da Administração na execução dos contratos.
- 98** Em caso de falha na fiscalização de contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas.
- 99** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser realizado a qualquer tempo.
- 100** O contratado tem direito à extinção do contrato em caso de suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, desde que por prazo superior a seis meses.

A respeito da validade, da vigência e da eficácia das leis, julgue os itens seguintes.

- 101** A repristinação só é admitida se for expressa.
- 102** A lei anterior é revogada tacitamente quando a lei nova regular inteiramente a matéria de que trata a lei anterior.
- 103** A repristinação é automática na revogação da lei, restaurando-se, automaticamente, a vigência da lei anterior.
- 104** Ocorre o efeito repristinatório tácito em caso de declaração de inconstitucionalidade de lei que revogara lei anterior.

Ana outorgou a Beatriz procuração para cuidar exclusivamente da escritura referente à sua parte em um imóvel. No entanto, em vez disso, Beatriz valeu-se dos poderes para, mediante manobra dolosa, transferir o imóvel a si própria por valor irrisório, em prejuízo de Ana, que só tomou conhecimento do negócio tempos depois, ao obter a certidão de registro do imóvel. Ana pretendia, em juízo, anular o negócio e reaver o bem.

Com base nessa situação hipotética e na disciplina do Código Civil e do Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir.

- 105** O vício que macula o negócio acarreta a sua nulidade de pleno direito.
- 106** O prazo para Ana pleitear a anulação é decadencial e de quatro anos.
- 107** Anulado o negócio, a pretensão de Ana de reaver os valores pagos é imprescritível.
- 108** Ana pode requerer, como tutela provisória de urgência de natureza cautelar, que o juiz proíba Beatriz de alienar o imóvel ou de, sobre ele, constituir ônus enquanto perdurar o processo.

Acerca da disciplina da alteração, da suspensão, da interrupção e da rescisão do contrato de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 109** O aviso prévio será concedido na proporção de 30 dias aos empregados com até 1 ano de serviço, acrescido de 3 dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 90 dias.
- 110** Na suspensão do contrato de trabalho, o empregado faz jus ao pagamento dos salários do período de afastamento.
- 111** A partir do 16º dia de afastamento por doença, quando o empregado passa a perceber o benefício previdenciário, o contrato de trabalho será considerado interrompido.

Em relação à competência da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 112** Compete à justiça do trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral decorrentes da relação de trabalho.
- 113** Compete à justiça do trabalho processar e julgar as ações de natureza penal decorrentes da relação de trabalho.

Um agente público, empregado do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo, no exercício de suas funções, solicitou pagamento de propina para não aplicar sanção a uma empresa submetida à fiscalização do Conselho, que, para não receber a multa que lhe era devida, aceitou e realizou o pagamento.

Acerca dessa situação hipotética e das regras aplicáveis, julgue os itens seguintes.

- 114** A conduta do agente público caracteriza ilícito administrativo, mas não se enquadra como ato de improbidade administrativa.
- 115** Embora a conduta do agente público possa caracterizar improbidade administrativa, os responsáveis pelo pagamento da propina não se sujeitam à sanção pela Lei nº 8.429/1992.
- 116** A conduta do agente caracteriza improbidade administrativa, e as sanções previstas incluem a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos.

Acerca do sistema normativo que rege a atuação dos conselhos de fiscalização da profissão de técnicos industriais, julgue os itens a seguir.

- 117** O registro emitido pelo Conselho Regional habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.
- 118** Prescreve em seis anos a ação punitiva do Conselho Regional dos Técnicos Industriais para apurar infrações à legislação profissional dos técnicos industriais, contados da data do fato, nas infrações de ato único.
- 119** Os Conselhos Federais e Regionais serão auditados anualmente por auditoria independente, sem prejuízo da fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.
- 120** Aplica-se ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo a imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Os bens integrantes do patrimônio das pessoas jurídicas de direito público submetem-se a um regime jurídico próprio, diverso daquele que rege os bens dos particulares. Informado pela supremacia e pela indisponibilidade do interesse público, esse regime imprime a tais bens características peculiares e condiciona tanto a sua utilização quanto a sua disposição pela Administração.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## O regime jurídico dos bens públicos

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) classificação dos bens públicos, conforme o Código Civil;
- b) características pertinentes ao regime jurídico dos bens públicos; e
- c) aspectos gerais da alienação de bens públicos.